



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

LEI Nº 1.536/2004 – SGAP.

Dá nova redação ao Art. 108 da Lei nº 1.524, de 26 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Cajazeiras, conforme especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras DECRETA, e eu SANCIONO a presente Lei.

**Art. 1º** - O artigo 108 da Lei nº 1.524, de 26 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Cajazeiras – PB, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 108 – São isentos de IPTU:

- I – Os imóveis cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso da União, do Estado ou do Município;
- II – Os imóveis que servirem de residência própria aos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira;
- III – O imóvel único, pertencente às viúvas e viúvos, que comprovadamente, não tenham rendimentos superiores a um salário mínimo nacionalmente unificado, e que sirva exclusivamente como sua moradia, tendo os beneficiários a propriedade, o domínio útil ou a posse do referido imóvel;
- IV – Os imóveis declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, desde a data da emissão na posse ou a ocupação efetiva pelo Poder desapropriante;
- V – O proprietário de um único imóvel, que sirva exclusivamente com sua residência, que seja reconhecidamente pobre, não tendo rendimento superior a um salário mínimo nacionalmente unificado, e cujo valor do tributo no exercício seja igual ou inferior a R\$ 15,00 (quinze reais).”

*Cajazeiras*



Parágrafo Único – As concessões de isenção fiscal serão feitas mediante requerimento ao Departamento de Administração Tributária, nos termos deste artigo.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2004, mantendo-se as disposições contidas na Lei nº 1.524, de 26 de dezembro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras (PB), em 18 de maio de 2004.



Carlos Antonio Araújo de Oliveira

Prefeito Constitucional